



Número: **0800031-79.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **02/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|-------------------------|
| ACELMIR CARLOS DOS SANTOS (AUTOR) | | GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 95893 54 | 08/05/2020 10:44 | Citação | Citação |
| 95830 50 | 08/05/2020 09:44 | Despacho | Despacho |
| 83697 68 | 13/02/2020 22:35 | juntada de comprovante de requerimento administrativo | Petição |
| 83697 71 | 13/02/2020 22:35 | abertura de processo Administrativo | Documentos |
| 83697 84 | 13/02/2020 22:35 | Proc ADM Negado | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 78201 79 | 10/01/2020 13:47 | Despacho | Despacho |
| 78163 36 | 10/01/2020 11:17 | Certidão | Certidão |
| 77564 69 | 02/01/2020 20:55 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 77564 70 | 02/01/2020 20:55 | PROC. ALCEMIR-CONT.._ | Documentos |
| 77564 71 | 02/01/2020 20:55 | PROC.ALCEMIR -DOC-PESSOAL-LAUDOS | Documentos |
| 77564 72 | 02/01/2020 20:55 | ADITIVO_CONVENIO_TJPI_LIDER | Documentos |
| 77564 73 | 02/01/2020 20:55 | CONVÊNIO TJPI x SEG LÍDER | Documentos |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800031-79.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO VIA SISTEMA

Ao Senhor

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Comunico-lhe que tramita nesta **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0800031-79.2020.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

, para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo,



na url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

| Título | Tipo | Chave de acesso** |
|--|----------------------------|-----------------------------------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 2001022051064010000 0007412310 |
| PROC. ALCEMIR-CONT.._ | Documentos | 2001022051066650000 0007412311 |
| PROC.ALCEMIR -DOC-PESSOAL- LAUDOS | Documentos | 2001022051068580000 0007412312 |
| ADITIVO_CONVENIO_TJPI _LIDER | Documentos | 2001022051073350000 0007412313 |
| CONVÊNIO TJPI x SEG LÍDER | Documentos | 2001022051075360000 0007412314 |
| Certidão | Certidão | 2001101217130220000 0007469393 |
| Despacho | Despacho | 2001101347396660000 0007472867 |
| Intimação | Intimação | 2001101347396660000 0007472867 |
| juntada de comprovante de requerimento administrativo | Petição | 2002132235012190000 0007993764 |
| abertura de processo Administrativo | Documentos | 2002132235013820000 0007993767 |
| Proc ADM Negado | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 2002132235016110000 0007993780 |
| Despacho | Despacho | 2005080944125590000 0009127229 |



TERESINA-PI, 8 de maio de 2020.

PEDRO ALCANTARA GOMES
Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800031-79.2020.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

De forma a adequar o procedimento à necessidade do conflito, conferindo maior efetividade à tutela do direito, nos termos do art. 139, VI, deixo para designar audiência de conciliação após a apresentação da contestação.

Cite-se o requerido, via postal, para apresentar contestação na forma do art. 335, CPC, com a advertência do dever de manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, conforme art. 341, CPC.

EXPEDIENTES NECESSÁRIOS.

TERESINA-PI, 8 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI.

Processo nº 0800031-79.2020.8.18.0140

ACELMIR CARLOS DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos epigrafados, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, apresentar documentação comprobatória do requerimento administrativo do Seguro DPVAT perante a Seguradora conveniada, tendo sido esgotada a via administrativa com a **negativa do processo sem motivo justo**.

Destaque-se que a cópia integral do processo administrativo, inclusive com comprovante de depósito de eventual quantia recebida pela via administrativa, se encontra em poder da Seguradora requerida, pelo que requer sua intimação para exibição em juízo.

Requer o prosseguimento do feito com intimação da requerida para apresentação de defesa e exibição do processo administrativo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Teresina/PI, em 13 de fevereiro de 2020

Gustavo Henrique Macêdo de Sales

OAB/PI nº 6.919





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190463686

Vítima: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

Data do Acidente: 01/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: NELLE ROZE SOARES MARQUES

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14669563





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190463686

Vítima: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

Data do Acidente: 01/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: NELLE ROZE SOARES MARQUES

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequelas definitivas, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01265/01266 - carta_04 - INVALIDEZ

00060633



Carta nº 14734449





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800031-79.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita em favor do autor, na forma do art.98,CPC.

Para fins de ajuizamento da ação de cobrança do seguro DPVAT, faz-se necessária a demonstração do prévio requerimento administrativo.

É a jurisprudência:

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.141 - SP (2018/0170029-2) RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA AGRAVANTE : ALISSON FABRICIO RODRIGUES ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - SP352413 AGRAVADO : SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA ADVOGADO : DIEGO FRANCISCO RODRIGUES FLECK - SP378727 DECISÃO Trata-se de agravo interno interposto por ALISSON FABRÍCIO RODRIGUES contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (fls. 246-247, e-STJ) que não conheceu do agravo em virtude de não ter havido impugnação integral dos fundamentos da decisão recorrida. Nas presentes razões recursais (fls. 251-261, e-STJ), o agravante alega que "(...) expôs de forma clara e precisa as razões de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. Portanto, conforme demonstrado, não há que se falar em não conhecimento do recurso por falta de impugnação dos fundamentos, visto que foi atacado especificamente os fundamentos, conforme determina o art. 544, § 4º do CPC" (fl. 258, e-STJ). Requer a reforma da decisão agravada para que seja provido o recurso especial. Impugnação apresentada às fls. 265-277 (e-STJ). É o relatório. DECIDO. Assiste razão ao agravante. Exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 259, § 6º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, reconsidero a decisão agravada e passo ao exame do agravo em recurso especial. O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, a e c, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado: "Seguro obrigatório (DPVAT). Produção antecipada de prova. Exibição de documentos. Interesse processual. Ausência. Extinção do processo, sem resolução de mérito. Pedido prévio



administrativo não atendido em prazo razoável. Condição da ação de exibição de documento, consoante entendimento firmado no julgamento REsp 1349453/MS, realizado nos termos do art. 543-C do Estatuto de Ritos de 1973, aplicável ao caso concreto. Hipótese em que a solicitação extrajudicial não foi efetuada por meio idôneo, de modo que não está presente o interesse processual. Notificação extrajudicial que deveria estar acompanhada de procuração com outorga de poderes especiais para recebimento da documentação em nome do solicitante. Ação que, ademais, foi ajuizada quando decorridos apenas doze dias do recebimento da notificação extrajudicial pela ré, lapso que não pode ser considerado razoável para o atendimento da solicitação extrajudicial. Recurso não provido. Arbitramento de honorários sucumbenciais recursais" (fl. 95, e-STJ). No recurso especial, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 70, 80, § 8º, 85, 381, 396 e 927 do Código de Processo Civil de 2015. O recurso não merece prosperar. Inicialmente, quanto ao interesse processual da parte, não há como esta Corte rever as conclusões do tribunal recorrido, em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL. **RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. O tema constitucional em discussão (inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça. 4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 936.574/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/8/2011, DJe 8/8/2011). Ademais, no tocante à fixação da verba honorária, verifica-se que, a despeito de o recorrente apontar afronta ao art. 85, § 8º, do CPC/2015, o aresto recorrido não analisou o tema sob esse aspecto, o que atrai, à espécie, o óbice da Súmula nº 211/STJ. Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), os quais devem ser majorados em 2% (dois por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 08 de outubro de 2018. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator (STJ - AgInt no AREsp: 1324141 SP 2018/0170029-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Publicação: DJ 31/10/2018)**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. **Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal é necessário prévio requerimento administrativo para a propositura de ação de indenização do seguro obrigatório DPVAT em ações ajuizadas após 03/09/2014.** Se a ação foi proposta antes, não há se falar em ausência de interesse processual. 2. A correção monetária deve ser paga a partir do evento



danoso, como pacificado com a edição da Súmula 580, do STJ. 3. Os ônus sucumbenciais constituem exigência legal e devem observar não só o princípio da causalidade, como também o critério objetivo da sucumbência.

(TJ-MG - AC: 10520140008316001 MG, Relator: Adriano de Mesquita Carneiro (JD Convocado), Data de Julgamento: 13/05/0019, Data de Publicação: 22/05/2019)

Nesse sentido, **INTIME-SE o autor** para, no prazo de 15(quinze) dias, acostar o requerimento administrativo, sob pena **de EXTINÇÃO DO PROCESSO por falta de INTERESSE PROCESSUAL**, na forma do art. 485, VI, CPC.

TERESINA-PI, 10 de janeiro de 2020.

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800031-79.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 10 de janeiro de 2020.

GERMANO GOMES FELIX
Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA- PI.

Justiça Gratuita

ACELMIR CARLOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, autônomo, portador do CPF sob o nº 842.787.223-20, residente e domiciliado na Rua Antonio Tomaz de Oliveira, nº 1253, Bairro Parque Alvorada, Timon/MA, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, Código FIP: 03271, com endereço na Rua Assembleia, nº 100, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-904, pelas razões fáticas e jurídicas que passa a explanar:

DAS PRELIMINARES

Inicialmente, requer que Vossa Excelência conceda os benefícios do art. 5º LXXIV da Constituição Federal e artigos 98 e 99 do NCPC, por não possuir o requerente capacidade financeira para arcar com as custas judiciais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

DA SINOPSE FÁTICA

O requerente, no dia 01/10/2018, aproximadamente às 12:00h, sofreu grave acidente de trânsito do qual resultou sua invalidez permanente, fato este registrado junto à autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **o requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura**, conforme os documentos encartados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais **lesão na perna esquerda, RESULTANDO EM DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DO CONVÊNIO Nº 69/2015 ENTRE O TJ-PI E A SEGURADORA LÍDER

A Seguradora Líder celebrou convênio nº 69/2015 com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, publicado no DJ de 11/02/2016 (em anexo), vigente por 24 (vinte e quatro) meses a partir desta data, para realização de perícias médicas,



custeadas pela Seguradora no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por perícia, para constatação da Invalidez da vítima periciada.

Desta forma, requer seja nomeado médico local competente por este douto juízo para realização da perícia no autor (de preferência nas próprias dependências do Fórum), respondendo aos quesitos em anexo.

Em seguida, requer a intimação da ré para pagamento dos honorários periciais por depósito judicial e, após, intimação das partes acerca da data oportuna para realização do exame, essencial ao deslinde da causa.

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, **o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.**

Pois, suscitar a falta de interesse de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência:

TJ-MG - Apelação Cível AC 10024120680145002 MG (TJ-MG)

Data de publicação: 19/03/2013

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. DPVAT . FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO ADMINISTRATIVO. LAUDO DO IML. **Não há que se falar em falta de interesse de agir, pois a lei não exige que o beneficiário do seguro primeiramente recorra à via administrativa**, para só então pleitear junto ao Poder Judiciário o valor que entende devido. O laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança de Seguro DPVAT , tão pouco para a averiguação da invalidez, sendo esta possível de ser realizada por outros meios de prova.

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

DO NEXO DE CAUSALIDADE

É incontestável a ocorrência de acidente de trânsito, uma vez que o autor carreu aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO), o que estabelece então o nexo etiológico.

No que concerne à invalidez permanente, restou devidamente comprovada pelo **LAUDO MÉDICO, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo autor, entre eles lesão na perna esquerda**. Em virtude de tais lesões o autor não consegue mais realizar atividades cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de seqüela funcional definitiva.

Destarte, ainda, que estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais, **a Lei 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho**. Como no caso vertente, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste



sentido, as ementas abaixo colecionadas:

TJ-MA - Apelação APL 0164942015 MA 0000122-32.2014.8.10.0078 (TJ-MA)
Data de publicação: 15/06/2015

Ementa: APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. INVALIDEZ PERMANENTE CARACTERIZADA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, INCISO II E § 1º DA LEI DO DPVAT, E À TABELA ANEXA À MESMA LEI. SENTENÇA MANTIDA. I - O pagamento do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo deve se feito dentro dos limites estabelecidos no art. 3º e na tabela anexa à Lei no 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei no 11.482/2007. II - Nos casos de invalidez permanente, o valor da indenização há de ser proporcional à lesão sofrida pelo segurado, levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto e os parâmetros estipulados na Lei do DPVAT. III - Apelação desprovida. De acordo com o parecer Ministerial.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.568 - DF (2014/0063112-2)
"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. GRAU DA INVALIDEZ. IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DO SINISTRO. TEMPUS REGIT ACTUM. RECEBIMENTO INTEGRAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO PARCIAL

(STJ - REsp: 1443568 DF 2014/0063112-2, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 05/05/2015)

Processo: AREsp 564937 MG 2014/0209717-7
Relator(a): Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA
Publicação: DJ 04/11/2014

DA PREVISÃO LEGAL

Sucedee que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o **SEGURO DPVAT**, na importância equivalente **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (g.n)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, a serem apurados após a realização de perícia médica.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, considerando que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta **DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, que se amolda perfeitamente aos termos da presente Lei.

Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, donde será efetuado o **pagamento mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa.**

Conclui-se que o direito do Requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por Lei sem poder sofrer influência de meras resoluções da FENASEG.

DOS PEDIDOS

“*Ex positis*”, REQUER:

- a) A **renúncia à autocomposição**, sendo dispensada a audiência de conciliação ou de mediação, ante ao desinteresse da Seguradora ré pela realização de acordos nos processos referentes à matéria em questão, nos termos do art. 334, §5º do NCPC;
- b) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia nos termos do art. 344 do NCPC;
- c) Seja determinada a *inversão do ônus da prova*, bem como a **exibição do processo administrativo** onde a parte autora requereu o pagamento da indenização securitária, sob pena de presumem-se verdadeiros os fatos que por meio dele se provariam, nos termos dos art. 373, §1º, e art. 396 do NCPC.
- d) **Seja nomeado médico local** competente por este douto juízo para realização da **perícia** no autor, custeada pela requerida, de preferência nas próprias dependências do Fórum, respondendo aos quesitos em anexo, na forma do **Convênio nº 69/2015, celebrado entre o TJ/PI e a Seguradora Lider (em anexo)**, nos termos dos art. 464 e seguintes do NCPC;
- e) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a **importância devida por invalidez permanente, em valor a ser apurado após a realização da perícia judicial requerida anteriormente**, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.
- f) **sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser o requerente pessoa pobre na acepção da Lei n.º 1.060/50.**



O advogado peticionante declara **autêntica e verdadeira** toda a documentação juntada à presente petição, atendendo ao disposto no o artigo 425,IV do NCPC.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial e a realização de perícia médica, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)** para efeitos fiscais.

Termos em que,
Pede deferimento.
Teresina/PI, em 02 de janeiro de 2020

Gustavo Henrique Macêdo de Sales
OAB/PI nº 6.919

QUESITOS:

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde do examinado? Quais lesões ele sofreu?
- 2) Qual o instrumento ou meio que produziu tal ofensa?
- 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito?
- 4) Tais lesões resultaram na incapacidade do requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido, ou função?
- 5) Tais lesões resultaram em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pelo periciando?
- 6) Tais lesões resultaram em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?
- 7) Qual o percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?

Teresina/PI, em 02 de janeiro de 2020

Gustavo Henrique Macêdo de Sales
OAB/PI nº 6.919





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1620 - Redenção - Fone: 86-3216 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** (Prontuário: 414097)
Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA CEP: 65630-020
Nascimento: 18/02/1980 Idade: 38a7m11d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 666997
Requisição: 879104 Solicitação: 01/10/2018 Solicitante: HORMONE OLIVEIRA RODRIGUES
Controle: 1089161 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0205020046

Data Exame: 01/10/2018

US DE ABDOME TOTAL

O estudo ultrassonográfico do abdome total realizado com transdutor convexo multifrequencial de alta resolução e foco dinâmico, mostrou:

- Fígado: com morfologia e dimensões normais, textura e ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade.
- Vesícula biliar: tópica, normodistendida, de paredes finas e regulares, com conteúdo líquido anecóico. Não há imagens de cálculos em seu interior.
- Vias biliares intra-hepáticas e hepatocolédoco: íntegros.
- Pâncreas e Baço: com morfologia e dimensões normais, ecotextura dentro dos padrões da normalidade.
- Aorta abdominal e veia cava inferior: sem alterações.
- Rins: com morfologia e dimensões normais. Ecogenicidade parenquimatosa dentro dos padrões da normalidade. Relação córtico-medular preservada. Ausência de imagens de cálculos.
- Retroperitônio: sem alterações.
- Bexiga: normodistendida, com paredes finas e conteúdo líquido anecóico, sem lesões focais.
- Próstata: com dimensões normais, apresentando parênquima homogêneo e relevos capsulares íntegros. Ausência de lesões nodulares focais e difusas.
- Vesículas seminais: anatômicas
- ausência de alterações sonográficas na escavação pélvica.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Exame ultrassonográfico do abdome total sem alterações.

Obs: Exame realizado em caráter de Urgência e Emergência sem preparo prévio do paciente, fato que reduz a sensibilidade do método.

(VERA LUCIA)

TERESINA - PI 01/10/2018

VERA LUCIA RIOS ARAUJO

CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Sedeção - Fone: 35 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** (Prontuário: 414097)
Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA CEP: 65630-020
Nascimento: 18/02/1980 Idade: 38a9m12d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 666997
Requisição: 879101 Solicitação: 01/10/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 1089153 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204050111

Data Exame: 01/10/2018

PELVE

O ESTUDO RADIOLÓGICO DA PELVE FOI REALIZADO NAS INCIDÊNCIAS EM AP.

OS SEGUINTE ASPECTOS FORAM OBSERVADOS:

- ESTRUTURA ÓSSEA CONSERVADA.
- AS ARTICULAÇÕES COXO - FEMURAIS, SACRO ILÍACAS E SINFISE PUBIANA TEM CONFIGURAÇÃO NORMAL.
- PARTES MOLES SEM ALTERAÇÕES.

CONCLUSÃO: EXAME NORMAL.

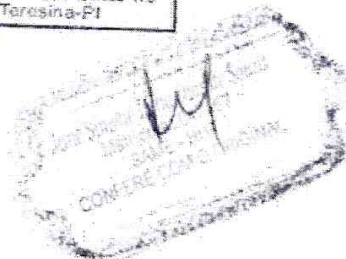
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 30/11/2018



CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341
Profissional



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
ACEMER CARLOS DOS SANTOS

DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
1720044 SSP PI

CPF
842.787.223-20

DATA NASCIMENTO
18/02/1980

PLACAO
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
MARTA DA SILVA SANTOS

PERMISSAO
ACB
CAT 344
AV

Nº REGISTRO
00707543365

VALIDADE
01/06/2027

PRIMEIACAO
07/06/1999

OBSERVAÇÕES
HABILITADO P/ MOTORISTA
APTO PARA TRANSPORTE REMUNERADO

Assinatura do Portador
Assinatura do Emissor

LOCAL
TERESINA

DATA DE EMISSAO
03/09/2015

13587548365
P1316123595

DETRAN-PI (PI-ATU)

VALIDADE EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1163190784

PRODUTOS PLASTIFICAR
1163190784

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
05 AGO 2019
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
27 JUN 2019
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
05 AGO 2019
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Aleemir Carlos dos Santos
Nacionalidade BRASILEIRO Natural TERESINENSE
Estado Civil CASADO RG n.º 1720044-55P/PI
Profissão Advogado CPF n.º 842.787.223-20
Endereço Rua Antônio Thomas de Oliveira, nº 1253
Bairro Parque Juvenista CEP 65630-020
Município TERESINA - PI

OUTORGADO: **GUSTAVO HENRIQUE MACÊDO DE SALES**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI sob o n.º 6919, Rua Acésio do Rêgo Monteiro N° 1799, Ininga, Teresina- Piauí.

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, outorgo-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

TERESINA /PI, 05 de Agosto de 2019.

Aleemir Carlos dos Santos

OUTORGANTE





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.1



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000414/2019-15

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 30/01/2019 - 15:52

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA BENJAMIM CONSTANT, Nº:

Complemento

Data/Hora

01/10/2018 - 12:00

Bairro

CENTRO NORTE

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS

RG: 1720044

Mãe: MARIA DA SILVA SANTOS

Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA, Nº 1253

Complemento: PARQUE ALVORADA

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: TIMON

Telefone(s): 86-8123-2123

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

Nome: KAREN EMANUELLE COCONCEIÇÃO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

RG: 4073008

Mãe: ELIZETE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA, Nº 1253

Complemento: PARQUE ALVORADA

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: TIMON

Telefone(s): 86-8806-3889

Tipo Envolv.: VITIMA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/XRE 190, ANO 2017, PLACA PIU-1314, PROPRIETÁRIO/CONDUTOR, PASSAGEIRA KAREN, ACIMA QUALIFICADA, RELATA QUE TRAFEGAVA NA RUA BENJAMIM CONSTANT, QUANDO UM VEICULO DE PLACA OJC-0160 -PRESIDENTE DUTRA-MA, QUE TRAFEGAVA NA RUA DAVID CALDAS INVADIU A PREFERENCIAL E COLIDIU COM A MOTO DA VITIMA, LESIONADOS FORAM SOCORRIDOS PELO SAMU, ENCAMINHADOS PARA O HUT, PRONTUÁRIO DE ACELMIR 414097, PRONTUÁRIO DE KAREN 490048. ERA O QUE TINHA A NOTICIAR.



Cláudio Costa De Sousa - Mat.
AGENTE DE POL

ACELMIR CARLOS DOS SANTOS - Noticiante
Responsável pela Informação

Luccy Nêko Leal Parafita
Delegado Geral da Polícia Civil-PI
Mat. 201.331-2



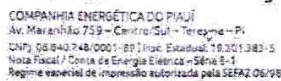


BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000415/2019-61

Complementar ao BO Nº: 100203.000414/2019-15

Delegado de Polícia





SEU CÓDIGO

Nº da Nota Fiscal 022980869

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

| | |
|---------------|---------------------|
| CONSUMO (kWh) | TOTAL A PAGAR (R\$) |
| 227 | 177,22 |

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
OPVA1
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

05 AGO 2019

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-Pi

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

27 JUN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
 Centro - Norte CEP: 64.002-470

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
OPVAT
CONTEUDO NAO VERIFICADO

05 1972

GENTE SEGURADORA S.A.
 Rua Coelho de A. Sende, 405 Lapa C
 Centro - R. Rio CEP: 64.002-470
 Tel.: (84) 311-1111

CONTAS Pagar
JUNHO/2019
VENCIMENTO
18/06/2019

RAIMUNDA MORAES DOS SANTOS
R. MARAJO 2772 PARQUE ITARARE
CPF: 00000451921380

| DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA | | DADOS DA LEITURA | |
|------------------------------|--------------------------|------------------|------------|
| Atual: | | Atual: | |
| Anterior: | 16050 | Anterior: | 11/06/2019 |
| Constante de Multiplicação: | 15823 | Próxima Leitura: | 13/05/2019 |
| Consumo Medido: | 1,000 | Emissão: | 11/07/2019 |
| Consumo Faturado: | 227 | Apresentação: | 10/06/2019 |
| Forma de Faturamento: | 0222 de Irregular - EGAN | Dia de Consumo: | 11/06/2019 |

| | | | | |
|-----------------|------|----------|----------------------------|-----|
| RESTRIBUICAO | MONO | A1696369 | DESCRICAO DA CONTA 1.6.1.1 | 292 |
| Mês/ano consumo | | | | |

| | | | | | | |
|--------|-----|--------------------------------|-----------|----------|---|-------|
| MAI/19 | 234 | CONSUMO | 30 A R\$ | 0,309419 | = | 9,28 |
| ABR/19 | 201 | | 70 A R\$ | 0,530428 | = | 37,12 |
| MAR/19 | 203 | | 120 A R\$ | 0,795628 | = | 95,47 |
| FEV/19 | 267 | | 7 A R\$ | 0,864038 | = | 6,18 |
| JAN/19 | 223 | CONTR. ILUMINACAO PLB. (COSIP) | | | | 11,94 |
| DEZ/18 | 236 | DIFERENCA DE TARIFA | | | | 52,62 |
| NOV/18 | 252 | SUBVENCAO BAIXA RENDA | | | | 35,39 |
| OUT/18 | 347 | ADICIONAL BANDEIRA AMARELA | | 0,98 | | |
| SET/18 | 393 | | | | | |
| AGO/18 | 417 | | | | | |

| TARIFA SEM TRIBUTOS: | |
|----------------------|-----|
| 3 A | 30 |
| 3 A | 100 |
| 3 A | 300 |

210171 FICHA DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 036 0800 E FAÇA O PCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabéns! Até o dia 10/06/2019, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

IMPOSTOS E RIBUTOS - RS

| | | | | | | | | |
|---------------|---|-----------------------------|-------|--------|------------|-------|--------|--------|
| Distribuição: | 22F5.7038.7C56.7107.0038.6056.EC9C.411E | | | | | | | |
| Energia: | Alíquota ICMS: | | | | | | | |
| Transmissão: | 39,47 | Valor do ICMS: | | | | | | 200,67 |
| Encargos: | 76,26 | Valor do PIS: | | | | | | 27,00% |
| Tributos: | 12,89 | Valor do COFINS: | | | | | | 54,18 |
| | 6,31 | INDICADORES DE CONTINUIDADE | | | | | | 1,40% |
| | 65,74 | FIC | | | | | | 6,49% |
| | | | | | | | | 9,50 |
| | Mensal | Trimestral | Anual | Mensal | Trimestral | Anual | Mensal | Mensal |
| Linhas | | | | | | | | |
| Realizado | | | | | | | | |
| Consumo | 5,19 | 10,39 | 20,77 | 3,36 | 6,72 | 13,45 | 2,94 | usos |
| | 0,00 | 0,00 | | | | | | 0,00 |





**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**



NOME DO PACIENTE: Deilmir Carlos dos Santos

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 414097



SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".





CLÍNICA
MACHADO

RELATÓRIO MÉDICO



Declaramos que ADELMA CARLOS DOS
SANTOS, foi vítima de acidente de trânsito
fato ocorrido em 01.10.18 às 12:00hs, tendo
sofrido fratura traumática da RIE, causando
lesão lesão do tornozelo esquerdo com
paralisação de várias espinhas, o mesmo
foi tratado de forma conservadora,
acompanhado de fisioterapia, com alta
definitiva, no laudo como sequelas
fontes das limitações dos movimentos
com redução de capacidade do
membro inferior esquerdo atingido,
sendo como comprometimento fun-
cional de 65%

- Alergologia
- Clínica geral
- Clínica Médica
- Cardiologia
- Dermatologia
- Endoscopia
- Ecocardiograma
- Eletrocardiograma
- Exames Laboratoriais
- Gastroenterologia
- Ginecologia
- Medicina do Trabalho
- Medicina Estética
- Pediatria
- Pequenas Cirurgias
- Testes Alérgicos
- Tomografia
- Ultrassonografia em Geral
- Urologia

Edimar

02.08.2019

Dr. Edimar Machado da Silva
Cl. Geral e Cirurgia Geral
CRM: 1564-PI - CRM: 2660-MA
9903-0929/9532-1987/6827-3736



Residencial Tropical Park

Rua Cel. Bicaco, 2208 - Em frente a praça Joana Vieira da Silva





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

| | | | | | |
|---|---|---------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------|
| Dados do Chamado | 01 N° do chamado | 02 Data do chamado | 03 PRO (código) | 04 Saída do PA | 05 Chegada ao local |
| | 06 Saída do local | 07 Chegada ao 1º hospital | 08 Saída do 1º hospital | 09 Chegada ao 2º Hospital | |
| Local da Ocorrência | 10 Endereço | 11 Bairro | | | |
| | 12 Município-UF | Código IBGE | | | |
| Dados do Paciente | 13 Ponto de referência | 14 Nome | 15 Sexo | 16 Idade | |
| | 17 Indicadores de Ingestão de bebida alcoólica? | 18 Tipo de ocorrência | | | |
| Tipo de Ocorrência | 19 Vitima | | | | |
| | 20 Meio de locomoção | | | | |
| Acidente de Transporte | 21 Outra parte envolvida | | | | |
| | 22 Equipamentos de segurança | | | | |
| Exame Físico | 23 Glasgow = 15 | | | | |
| | 24 Sinais Vitais | | | | |
| Assistência | 25 Local da lesão | | | | |
| | 26 Rápidas | | | | |
| Hospital do Destino | 27 Pulso | | | | |
| | 28 Sangramento | | | | |
| Observações Interdisciplinar | 29 Escala de Dor de 0 a 10 | | | | |
| | 30 Fratura | | | | |
| 31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não) | | | | | |
| 32 Hospital de Destino | | | | | |
| 33 Condições de entrada | | | | | |
| 34 Óbito | | | | | |
| Observações Interdisciplinar | | | | | |
| Responsável pela recepção | | | | | |
| Socorristas | | | | | |
| Médico | | | | | |
| Enfermeiro | | | | | |
| Condutor | | | | | |

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

CONFERE COM O ORIGINAL
Márcia Veloso Contanhede
Gerente Administrativa SAMU

Versão: 27.11.2011





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

| | | | | | |
|--|-----------------------------------|--|---|-----------------------------|---------------------|
| Dados do Chamado | 01 N° do chamado | 02 Data do chamado | 03 PRO (código) | 04 Saída do PA | 05 Chegada ao local |
| | 06 Saída do local | 07 Chegada ao 1º hospital | 08 Saída do 1º hospital | 09 Chegada ao 2º Hospital | |
| Local da Ocorrência | 10 Endereço | 11 Bairro | 12 Município-UF | Código IBGE | |
| | 13 Ponto de referência | | | | |
| Dados do Paciente | 14 Nome | 15 Sexo | 1 - Masculino 2 - Feminino 3 - Ignorado | | |
| | 16 Idade | 17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? | 1 - Sim 2 - Não 3 - Ignorado | | |
| Tipo de Ocorrência | 18 Tipo de ocorrência | 16 - Outros | | | |
| | 19 Tipo de ocorrência | 17 - Já removido 18 - Falso chamado | | | |
| Acidente de Transporte | 20 Meio de locomoção | 21 Outra parte envolvida | 22 Equipamentos de segurança | | |
| | 23 Tipo de vítima | 24 Sinais Vitais | 25 Local da lesão | | |
| Exame Físico | 26 Glasgow | 27 Resposta Verbal | 28 Resposta Motora | 29 Sinais Vitais | |
| | 30 Pupilas | 31 Escala de Dor | 32 Fratura | 33 Procedimentos realizados | |
| Assistência | 34 Hospital de Destino | 35 Condições de entrada | 36 Óbito | 37 Assistência | |
| | 38 Observações Interdisciplinares | 39 Observações Interdisciplinares | | | |
| <p>Responsável pela recepção: _____</p> <p>Socorristas: Médico _____ AE/TE _____ Enfermeiro _____ Condutores _____</p> | | | | | |



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

U12014717-01
NEUROLOGIA
Cirurgia

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 01/10/2018 13:13:34

DADOS DO PACIENTE:

| | | | |
|---------------|--|-------------|---------------------------|
| Nome: | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | Prontuário: | 414097 |
| Mãe: | MARIA DA SILVA SANTOS | Pai: | ANTONIO CARLOS DOS SANTOS |
| End. Resid.: | RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA - CEP: 65630-020 | | |
| Nascimento: | 18/02/1980 | Idade: | 38a7m11d |
| Sexo: | Masculino | Fone: | 86-99808-3883 |
| Responsável: | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | CNS: | 201261897720007 |
| Profissão: | AUTÔNOMO | CPF: | * RG: 172004 |
| E. Instrução: | Médio Completo | E. Civil: | Casado(a) |
| End. Local: | | | |

DEPARTAMENTOS DE
OPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

27 JUN 2018

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | |
|--------------------|--|-------------|---------------------|-----------|--------------------|
| Código: | 686997 | Data: | 01/10/2018 13:12:00 | Condução: | AMBULÂNCIA DO SAMU |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | | |
| Acid. Trab.: | Não | Trajetória: | Não | Típico: | Não |
| CID Secundário: | V299 | | | | |

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Lj
Centro-Norte CEP: 64.002-270
Teresina-PI

DADOS CLÍNICOS:

Paciente admitido de Politrauma, lesão L4, politraumatizado diabético, com uso de insulina. Abusado no dia 01.

- (A) Das Lesões Cervicais e Colar Cervical entalando cervical de bronze
- (B) Mv. sem Alterações e 1/2 Pz. (ar ambiente)
- (C) AC: 80/40, 2T e 3R; PA: 130/90; P: 80 bpm
- (D) Glicemia 15 e Popul. leucocitárias polimorfas
- (E) Dor e Politraumatizado com MIE. a Dor obtendo a paliação

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

- Solicito Rx de cervical, torax, pelve e MIE
- Us Abdomen
- Solicito Glicemia Capilar

| | | | |
|-------------------------------|---|---|--|
| ALTA: | <input type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido | <input type="checkbox"/> Administrativa <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Por Evasão | <input type="checkbox"/> Retornar à Unid. Origem: <input type="checkbox"/> Transferência: |
| DESTINO: | <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Patol. | | |
| DATA SAÍDA: | / / | | |
| HORA: | | | |
| PROCED. SOLICITADO: | <input type="checkbox"/> Internação na Unidade | | |
| CID Compatível: | | | |
| Prof. Solicitante Internação: | | | |

ÓBITO:

- ☐ Até 24 hs
- ☐ De 24 a 48 hs
- ☐ Após 48 hs

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
OPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

05 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Lj C
Centro-Norte CEP: 64.002-270
Teresina-PI

Assinatura Paciente

Assinatura - Profissional - BE

Dr. Hormone Oliveira Rodrigues
Clínico e Cirurgião Geral
CRM-PI 3240 / CRM-MA 5107





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
P.O. Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 363218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-170 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 01/10/2018 13:13:39
(REGISTRE!)

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

DADOS DO PACIENTE:

| | | | |
|---------------|--|-------------|---------------------------|
| Nome: | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | Prontuário: | 414097 |
| Mãe: | MARIA DA SILVA SANTOS | Pai: | ANTONIO CARLOS DOS SANTOS |
| End. Resid.: | RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA - CEP: 65630-020 | | |
| Nascimento: | 18/02/1980 | Idade: | 38a7m11d |
| | | Sexo: | Masculino |
| | | Fone: | 86-98806-3889 |
| Responsável: | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | CNS: | 201261857720007 |
| Profissão: | Autônomo | Documento: | RG: 1720044 - SSPPI |
| S. Instrução: | Médio Completo | E. Civil: | Casado(a) |
| End. Local.: | | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | | |
|--------------------|--|-------|---------------------|------------|------------|-------|
| Código: | 686997 | Data: | 01/10/2018 13:12:00 | Clas. Cor: | Indefinido | |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | | Convênio: | S U S |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

| | | | |
|--|--|---------------|-----|
| Data/Hora Solicitação: | 1/10/18 15:00h | ESPECIALISTA: | NGK |
| MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: | Politrauma Sem sinais de Alarme Elação 15 CD: Sem conduta vcn | | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | | | |
| DEPARTAMENTOS DE SINISTROS DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO 05 AGO 2018 GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro-Norte CEP: 64.802-470 Teresina-PI | | | |
| DADOS DO PARECER: Data/Hora: ____/____/____:____ | | | |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer | | | |

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

| | | | |
|--|---------------------|---------------|--|
| Data/Hora Solicitação: | ____/____/____:____ | ESPECIALISTA: | |
| MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: | | | |
| Carimbo/Assinatura Solicitante | | | |
| DEPARTAMENTOS DE SINISTROS DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO 27 JUN 2019 GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro-Norte CEP: 64.802-470 Teresina-PI | | | |
| DADOS DO PARECER: Data/Hora: ____/____/____:____ | | | |
| Carimbo/Assinatura Prof. Parecer | | | |





DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
27 JUN 2019
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 485 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-Pi

| | | |
|-------------|--|---|
| Nome | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | (Fronteira: 414887) |
| Endereço | RUA ANTONIO TOULH DE OLIVEIRA 212B - PARQUE ALBUQUERQUE - TIJON - BA GER 65563-020 | |
| Assinatura | ACELMIR CARLOS DOS SANTOS | SEAL MARCADA |
| Região | BRASIL | OPERAÇÃO URGÊNCIA EMERGO - Atendimento: 28027 |
| Comunicação | COMUNICAÇÃO | ENVIADA HORARIO OLIVEIRA RODRIGUES |

Figure 1. Schematic representation of the experimental design. The first part of the study was a pretest in which the effect of the number of items on the recognition of the faces was tested. The second part was the main experiment in which the effect of the number of items on the recognition of the faces was tested. The third part was a posttest in which the effect of the number of items on the recognition of the faces was tested.

US DE ABDOME TOTAL

[illegible]

- [illegible]

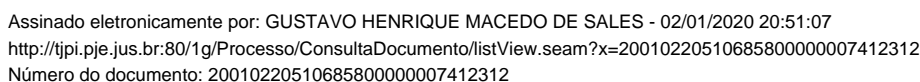
...and the other is the fact that the system is not yet fully operational.

1000 900 800 700 600 500 400 300 200 100 0

CONFIDENTIAL

... ..

VERA LUCIA RIOS ARAUJO
CPE. 227 528 524547 CRM - IZT
Especialista en Psicología





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Pedagogia - Fone: 66 3216 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.922.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** (Prontuário: 414097)
Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA CEP: 65630-020
Nascimento: 18/02/1980 Idade: 36a5m13d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 559879
Requisição: 681581 Solicitação: 31/07/2016 Solicitante: NAGELE DE SOUSA LIMA
Controle: 827747 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 31/07/2016

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

RELATÓRIO:

- PEQUENA ÁREA HIPODENSE EM TOPOGRAFIA NÚCLEO-CAPSULAR À DIREITA.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA-AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 31/07/2016



HERBERT GALENO PRADO MENDES

CPF: 854.812.033-91 CRM-PI 3242
Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

RUA Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86.3216 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770. CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** (Prontuário: 414097)
Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA CEP: 65630-020
Nascimento: 18/02/1980 Idade: 37a6m3d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 619869
Requisição: 765243 Solicitação: 10/08/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 950952 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060087

Data Exame: 10/08/2017

TORNOZELO ESQUERDO

O estudo radiológico do tornozelo esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Estrutura óssea conservada.
- Superfícies e espaços articulares integros.
- Partes moles sem alterações.

Conclusão: Exame normal.

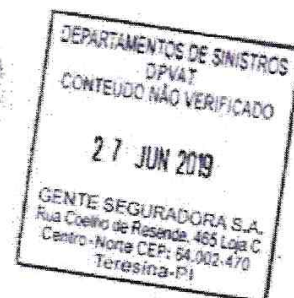
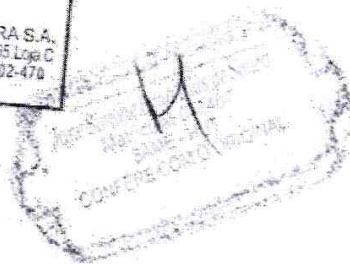
BRANDI SILVA;

TERESINA - PI 21/08/2017

GERSON LUIS MEDINA PRADO

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Vito 1820 - Redenção - Fone: 36 3218 3443
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 09.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** (Prontuário: 414097)
Endereço: RUA ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA N 1253 - PARQUE ALVORADA - TIMON - MA CEP: 65630-020
Nascimento: 18/02/1980 Idade: 38a9m12d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 686997
Requisição: 879102 Solicitação: 01/10/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 1089159 Convênio: SUS

RELATÓRIO:

Cod SIA: 0204060176

Data Exame: 01/10/2018

MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

O estudo radiológico do membro inferior esquerdo (perna) foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Estrutura óssea conservada.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

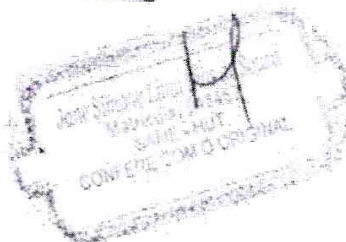
Conclusão: Exame normal.

JOÃO ANTONIO

TERESINA - PI 30/11/2018



CARLOS AUGUSTO MOURA FE
CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341
Profissional Responsável





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SGC
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo Aditivo Nº 20/2018 - PJPI/TJPI/SGC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 69/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ-TJPI, inscrito no CNPJ sob nº 06.981.344/0001-05, com sede na Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, em Teresina, capital do Estado do Piauí, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES** e a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205, doravante denominado **CONVENIADO**, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** e Diretor Jurídico **HÉLIO BITTON RODRIGUES**.

Considerando a necessidade de manutenção da cooperação técnica entre os partícipes, objetivando o estabelecimento das bases de cooperação com vistas a realização de perícias médicas em ações envolvendo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT;

Considerando outrossim, as deliberações emanadas nos autos do Processo SEI nº 17.0.000028364-9, objetivando a renovação do convênio;

RESOLVEM ADITAR o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 69/2015, para fazer constar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Este Aditivo tem por objeto prorrogar, por igual período, o prazo de vigência estabelecido pela Cáusula Quarta do Convênio nº 69/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio acima mencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO – A publicação do presente Termo será providenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no Diário da Justiça, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO - Fica eleito o foro de TERESINA, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste aditivo.

E estando as partes de pleno acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Teresina, 11 de fevereiro de 2018

Desembargador ERIVAN LOPES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
Diretor Presidente da Seguradora Lider

HÉLIO BITTON RODRIGUES
Diretor Jurídico da Seguradora Lider



17.0.000028364-9

0390693v16





Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XL - Nº 8426 Disponibilização: Quinta-feira, 3 de Maio de 2018 Publicação: Sexta-feira, 4 de Maio de 2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 25/2016 - TJ/PI PROCESSO SEI nº: 18.0.000017135-9 CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONVENIADO:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ **CNPJ Nº:** 05.818.935/0001-01 **OBJETO:** a prorrogação do período de vigência do Convênio 25/2016, nos termos autorizados pelo art. 116, c/c art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 **VIGÊNCIA:** 01/06/2019 **DATA DA ASSINATURA:** 02/05/2018 **ASSINAM PELA CONVENIENTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PIPELO **CONVENIADO:** Olavo Rebelo de Carvalho Filho - Presidente do TCE-PI.

5.2. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2017 - TJ/PI PROCESSO SEI nº: 18.0.000012657-4 CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONTRATADO:** Maria dos Remédios Pereira Rodrigues **CPF Nº:** 090.748.008-07 **OBJETO:** prorrogar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 048/2017, que tem como objeto a locação de imóvel para funcionamento provisório do JECC de Pedro II, situado na Rua Sotero Nogueira Lima, nº 351, térreo, Centro de Pedro II - PI, registrado sob Nº 2.136, fls. 31, do Livro de Registro Geral - 2-J, na Comarca de Pedro II-PI. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a partir de 08 de maio de 2018 **VALOR:** R\$ 2.878,82 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), referente ao reajuste de 0,64 (zero vírgula sessenta e quatro por cento) do IGP-M do mês de março de 2018, sobre o valor original contratado. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Unidade Orçamentária: 040101 - Tribunal de Justiça; FONTE: 18 - Recursos dos Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 2083 - Custeio Administrativo de 1º Grau; Classificação Funcional Programática: 02.061.0081.2083; Natureza da Despesa: 339036 - Serviços de Terceiros PF **DATA DA ASSINATURA:** 02/05/2018 **ASSINAM PELO CONTRATANTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PI e **CONTRATADO:** Maria dos Remédios Pereira Rodrigues - Proprietária do imóvel.

5.3. EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 69/2015-TJ/PI PROCESSO SEI nº: 17.0.000028364-9 CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONVENIADO:** SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT **CNPJ Nº:** 09.248.608/0001-04 **OBJETO:** prorrogar, por igual período, o prazo de vigência estabelecido pela Cáusula Quarta do Convênio nº 69/2015 **DATA DA ASSINATURA:** 11/02/2018 **ASSINAM PELA CONVENIENTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PIPELO **CONVENIADO:** José Ismar Alves Tórres - Diretor Presidente da Empresa e Hélio Bitton Rodrigues - Diretor Jurídico da Empresa.

5.4. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2015- TJ/PI PROCESSO SEI nº: 17.0.000014277-8 CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONTRATADO:** SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA **CNPJ Nº:** 10.013.974/0001-63 **OBJETO:** a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº 038/2015, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e no previsto na CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA, do Contrato nº 038/2015. O presente aditivo tem, ainda, por objeto, a modificação do item 9.5 da Cláusula Nona do Contrato nº 038/2015, que versa sobre as regras de pagamento, a fim de adequá-la à nova IN TCE/PI nº 02/2017. Tem, por fim, RESSALVAR O DIREITO DE REPACTUAÇÃO dos preços do Contrato n. 038/2015, nos termos do inciso III, do art. 55 da Lei n. 8.666/93 e no previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato n. 038/2015. **VIGÊNCIA:** 06 de maio de 2018 a 06 de maio de 2019 **VALOR:** R\$ 51.876,24 (cinquenta e um mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Unidade Orçamentária: 040101 - Tribunal de Justiça; FONTE: 18 - Recursos de Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 2083 - Custeio Administrativo de 1º Grau; Classificação Funcional Programática: 0206100812083; Natureza da Despesa: 339037 - Locação de Mão de Obra **DATA DA ASSINATURA:** 03/05/2018 **ASSINAM PELO CONTRATANTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PI e **CONTRATADO:** Daniela Roberta Duarte da Cunha - Representante Legal da Empresa.

6. PAUTA DE JULGAMENTO

6.1. 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL - 09/05/2018

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Especializada Criminal

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da 1ª Câmara Especializada Criminal a ser realizada no dia **09 de maio de 2018**, a partir das **9:00 horas**. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

01. 2017.0001.009576-0 - Apelação Criminal Publicado em 23-03-2018

Origem: Teresina / 4ª Vara Criminal **ADIADO**

1º Apelante: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUSA e outro **Publicado em 06-04-2018**

Defensora Pública: Norma Brandão L. Machado Dantas **ADIADO**

2º Apelante: ADRIANO LOPES MONTEIRO

Defensor Público: José Welington de Andrade

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

02. 2016.0001.006076-4 - Apelação Criminal Publicado em 06-04-2018

Origem: Floriano / 1ª Vara **ADIADO**

Apelante: GENIVAL JOAQUIM DE MOURA

Advogado: João Gonçalves Alexandrino Neto (OAB/PI nº 1.784)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo

03. 2015.0001.007579-9 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018

Origem: Inhumas / Vara Única **ADIADO**

Apelante: RAFAEL LEAL SANTOS

Advogado: Nélio Natalino Fontes Gomes Rodrigues (OAB/PI nº 9.228)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

04. 2015.0001.002531-0 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018

Origem: Teresina / 7ª Vara Criminal **ADIADO**

Apelantes: FRANCISCO JOSÉ SANTOS DE DEUS, VAGNER CASTRO E JOCIEL LIMA DA SILVA

Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

05. 2015.0001.007731-0 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018







Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXVIII - Nº 7913 Disponibilização: Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 2016 Publicação: Quinta-feira, 11 de Fevereiro de 2016

| | |
|----------------------------------|--------------------------|
| LUIS OTAVIO ALVES FREITAS | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| AMANCIO MACHADO JUNIOR | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| RUTE EMANUELLE GOMES DE SOUSA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| TARCILA ARAGÃO CORREIA LIMA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| BRUNA GALVAO DA FONSECA OLIVEIRA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| GARDENIA AGUIAR MOTA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |

ANEXO II:

SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ CEDIDOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI:

| NOME DOS SERVIDORES | ÓRGÃO REQUISITANTE |
|---|---------------------------------------|
| ADRIANA CASTELO BRANCO LAGES REBELLO E CASTRO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ALBERONE ALMEIDA BORGES | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ALINE CRONENBERGER COSTA PIMENTEL | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ANA LEONOR DA ROCHA MOTA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| CLAUDIA MARIA BEZERRA GOMES NEIVA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ERNANI PIRES DE CARVALHO FILHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| EVELINE MORAES DA FONSECA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ILANA PEREIRA MELO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| JOSE CARLOS DE MOURA PADUA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| KALINA RAQUEL MARQUES RAMEIRO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARA PAULENE DO ESPIRITO SANTO CARVALHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARCOS ANTONIO R. DE S. ALMEIDA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARIA ZILDA FERREIRA BRANDÃO DE CARVALHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ROSANGELA DA SILVA OLIVEIRA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| SANDOVAL MARTINS DO LAGO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| SUZANE SANTOS PERES PARENTE DA SILVA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| THIAGO BORGES LEAL | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |

6.2. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015, CELEBRADO ENTRE O TJ/PI E A EMPRESA SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.

EXTRATO DE ADITIVO

REFERÊNCIA: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015.

VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 158944/2015.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.

CONTRATADA: Empresa SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.

CNPJ: 10.013.974/0001-63.

ESPÉCIE: Contrato Administrativo nº 04/2015 ? CLC/TJ/PI.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 004/2014-TJ/PI.

VALOR DO INSTRUMENTO ORIGINAL: Valor anual estimado de R\$ 22.234,96 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) e o valor mensal de R\$ 2.021,36 (dois mil, vinte e um reais e trinta e seis centavos).

VALOR DO ADITIVO: Valor anual estimado de R\$ 26.037,72 (vinte e seis mil, trinta e sete reais e setenta e dois centavos) e o valor mensal de R\$ 2.169,81 (dois mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos).

OBJETO DO CONTRATO: Prestação continuada de serviços de Apoio Administrativo Área de Mensageiria, nas dependências das Unidades Administrativas que compõem o Poder Judiciário piauiense.

OBJETO DO ADITIVO: O presente aditivo tem por fim repactuar o valor originalmente estabelecido em contrato, em observância à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2015.

FONTES DE RECURSOS: Despesas para o 2º Grau: 3390-37; Descrição: Locação de mão de obra; Unidade Orçamentária: 040105 - FERMOJUPI; Projeto/Atividade: 2164; Fonte: 18; Classificação Funcional: 02061812164.

NOTA DE EMPENHO: 2º Grau: 2016NE00097 DATA: 11/01/2016.

DATA ASSINATURA/CONTRATO ORIGINAL: 03/02/2015/VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário da Justiça TJ-PI, iniciando em 09/02/2015.

DATA ASSINATURA/ADITAMENTO: 15/01/2016.

6.3. CONVÊNIO Nº 69/2015 CELEBRADO ENTRE O TJ/PI E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

EXTRATO DE CONVÊNIO

REFERÊNCIA: Convênio nº 69/2015.

VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 160157/2015.

CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

CONVENIADO: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A.

CNPJ nº: 09.248.608/0001-04.

OBJETO: Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de sua atuação, com vistas à realização de perícias médicas em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre ? DPVAT.

RECURSOS FINANCEIROS (PAGAMENTO): As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação, ou não, da invalidez permanente da vítima periciada, com decisão de procedência, ou improcedência, da demanda).

VIGÊNCIA: O Convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação em Diário da Justiça Eletrônico e terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

ASSINATURA: 30/11/2015.

6.4. SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2014, CELEBRADO ENTRE TJ/PI E L. B. F. SERVIÇOS GERAIS LTDA

EXTRATO DE ADITIVO REFERÊNCIA: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2014. VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 149354/2014. CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. CONTRATADA: Empresa L. B. F. SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ nº: 10.306.331/0001-08. ESPÉCIE: Contrato Administrativo nº 15/2014. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. VALOR DO INSTRUMENTO ORIGINAL:

O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais), perfazendo um valor anual estimado

